

ENCARTE ESPECIAL

Seminário Organizativo do ANDES-SN

Base do ANDES-SN se prepara para discutir estrutura organizativa do Sindicato Nacional



- Adur Informa: Quais são os principais desafios da atual Direção do ANDES-SN para o biênio?

Paulo Rizzo: O principal desafio de qualquer diretoria é organizar a categoria para a luta. Ainda que não tenhamos bola de cristal para nos informar tudo o que vai acontecer nesses dois anos, é absolutamente certo que serão anos difíceis, pois os sinais da crise da economia mundial altamente financeirizada já são sentidos no Brasil, com estagnação do crescimento econômico, com aprofundamento da crise fiscal assolada pelos elevados encargos financeiros da dívida e com aprofundamento de medidas de ajustes estruturais de cunho neoliberal: mais privatizações, cortes orçamentários, que afetarão os salários e o financiamento das universidades e demais instituições públicas e imposição de maior competição pelos escassos recursos para educação, ciência e tecnologia. A recente crise das estaduais paulistas, que foi enfrentada com luta, com greve, é uma das expressões mais vivas da tendência geral, que já está sendo enfrentada em outros estados e que tende a avançar nas federais, que já estão abaladas por uma expansão sem qualidade (REUNI), pela EBSEH e pelo desmonte na carreira docente imposta pelo governo em parceria com os pelegos do Proifes em 2012. Trata-se de um contexto que demanda também maior unidade da classe trabalhadora, o que impõe grandes desafios para a central à qual o ANDES-SN é filiado, a CSP-Conlutas.

- Adur Informa: Quais foram as principais mudanças aprovadas, no 59º CONAD, em relação à metodologia dos futuros congressos do Sindicato Nacional? Quais são as mais importantes?

Paulo Rizzo: A preparação do sindicato para a

No 59º Conselho do ANDES-SN/CONAD (Aracaju-SE), foi deliberado que o Sindicato Nacional discuta, em Seminário que será realizado nos dias 30/10, 1 e 2/11, a reorganização estatutária do ANDES-SN frente à nova realidade institucional, considerando as universidades multicampi, a precarização do trabalho e a expansão do ensino a distância (EaD). O prazo para envio de textos que subsidiem as discussões é 9 de outubro.

O ADUR Informa conversou com o novo presidente do ANDES-SN, Paulo Marcos Borges Rizzo, que, pela segunda vez, está à frente da Direção Nacional do Sindicato, para saber quais são os desafios impostos à gestão empossada para o próximo biênio (2014/2016).

luta exige objetividade nas discussões efetivadas em suas instâncias, em particular no Congresso, que define o plano de lutas para cada ano. Vimos há algum tempo buscando aprimorar os processos de discussão e de deliberação, mantendo a democracia, isto é, o direito dos sindicalizados em participar das elaborações e deliberações. O 59º CONAD decidiu, entre outras coisas, reduzir o temário do Congresso de seis para quatro temas, que passam a ser os seguintes: Tema I – Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta; Tema II – Políticas sociais e plano geral de lutas; Tema III – Plano de lutas dos setores e Tema IV – Questões organizativas e financeiras. Os temas I e II são fusões de temas que eram tratados separadamente e como cada tema exige trabalho em grupo e plenárias deliberativas, acredita-se que teremos redução no tempo de discussões.

- Adur Informa: Qual é a importância desse Seminário que discutirá a estrutura organizativa do Sindicato?

Paulo Rizzo: O ANDES-SN tem por princípio organizativo a organização por local de trabalho, na qual o professor sindicalizado participa diretamente, que são suas seções sindicais, as quais, por definição estatutárias, gozam de autonomia e têm a assembleia como sua instância deliberativa principal. Não é fácil construir e manter seções sindicais. Nas instituições particulares, toda vez que professores tentaram constituir seções sindicais esses foram alvo de perseguições e demissões, pois o patronato não admite tal tipo de organização. Nas públicas, com os processos de expansão, praticamente todas as universidades hoje são multicampi, o que significa uma mudança no local de trabalho. São nos campi mais afastados que os professores mais sofrem a precariedade das

condições de trabalho e onde se verifica práticas de gestão altamente autoritárias, o que reforça a necessidade do sindicato estar presente e atuante hoje em todos os campi. Essas questões têm trazido novos desafios para a organização do sindicato e estão em debate, juntamente com outras questões, como, por exemplo, a garantia do direito dos professores participarem do ANDES-SN naqueles locais onde diretorias pelegas e governistas tomaram a iniciativa de construir outros sindicatos.

- Adur Informa: Como garantir a mobilização das seções sindicais de todo o país, considerando a nova realidade multicampi, de forma a possibilitar unidade de ação e o cumprimento da agenda de lutas do sindicato?

Paulo Rizzo: Somos um sindicato nacional porque somos uma categoria profissional única, indivisível. Temos lutas que são nacionais, lutas que são estaduais e outras que são localizadas numa instituição e, até mesmo, numa fração de uma instituição, um campus por exemplo. Ocorre que todas essas lutas são por demandas comuns e penso que o mais importante seja que o professor, onde quer que trabalhe, tenha o sentimento de pertencimento à categoria, o que só lhe é assegurado pela existência do sindicato nacional. Então, é imprescindível que as informações fluam, que as notícias cheguem a todos os lugares e o que ocorra em cada lugar também seja informado noutros lugares. A comunicação precisa ter sentidos múltiplos, sem o que não seremos um único sindicato. A unidade de ação não pode ser uma imposição, ela existe quando há compreensão comum em relação às ações a serem desenvolvidas e tal compreensão é o resultado do debate democrático e de formas de deliberação que possibilitem a todos participarem.

Posição da Diretoria da ADUR-RJ sobre o Seminário Organizativo do ANDES-SN

A ideia do que deve constituir o objetivo deste seminário ainda parece estar em disputa, mas é possível descrever alguns fatores importantes que levam o ANDES a desencadear o debate neste momento, nem sempre explicitados pelo grupo hegemônico no sindicato.

Um primeiro seria a disputa em torno da representação sindical. O ANDES-SN disputa no setor das federais com o PROIFES e no setor das particulares com os SINPROs. Ambas as disputas já foram judicializadas, sendo que na primeira o ANDES foi vitorioso, ao passo que não têm conseguido nos tribunais derrotar os SINPROs. Em ambos os casos, a unicidade sindical está em questão. O ANDES assumiu, no entanto, uma postura ambígua em relação à unicidade: de um lado, se apegou a ela quando se tratou de defender frente ao Estado sua carta sindical. De outro, estimulou a criação de associações docentes para fracionar a base do PROIFES em universidades como a UFG e a UFMS. Não há consenso em torno desta política e há temores de que o PROIFES adote a mesma lógica de fracionamento da base do ANDES.

Um segundo fator, relacionado ao anterior, seria a realidade multicampi. O processo de expansão do ensino federal levou à reorganização territorial das instituições, nem sempre com a mesma lógica: em alguns casos, os campi da expansão são micro-universidades, contemplando várias áreas do conhecimento; em outros casos, as universidades criam institutos isolados em diferentes cidades mantendo o seu centro original; há ainda uma terceira possibilidade, a da criação de universidades descentralizadas, como nos casos da UNIPAMPA e da UFFS, nas quais não há um campus que centralize ou concentre a maior parte das atividades acadêmicas. A política da criação de associações docentes por unidade territorial foi adotada em alguns casos em que havia disputa com o PROIFES. Isto foi possível porque, em função da precarização das condições de trabalho, as seções sindicais vivenciam movimentos de base em campi da expansão, movimentos que o PROIFES não quer e não pode apoiar. Mas as seções sindicais de maneira geral enfrentam dificuldades para se organizarem de maneira descentralizada, garantindo a iniciativa política dos campi.

Esta dificuldade organizativa se dá também a nível nacional. Outro fator que leva à realização do seminário é o problema da composição das diretorias nacionais do ANDES-SN. As últimas eleições, realizadas com chapa única

e baixíssima participação dos associados nacionalmente, revelam ao grupo dirigente do sindicato que a perpetuação do modelo pode levar a um processo irreversível de afastamento da base e perda de referência coletiva no sindicato, visto não mais como espaço democrático de disputa de projetos e estratégias de luta, mas como “refúgio” dos “professores-sindicalistas” que não encontram outros espaços institucionais para atuarem.

Estes elementos, entre outros, estarão colocados no debate em Brasília. A diretoria da ADUR-RJ acredita, no entanto, que eles refletem uma preocupação justa por razões inadequadas. Um justo receio quanto ao afastamento da base e a desmobilização: com efeito, a lógica organizativa de um sindicato pode tornar impossível a participação efetiva da base nos processos decisórios e na condução da política sindical, o que, em última instância, esvazia o sindicato e o torna patrimônio de seus burocratas.

Razões inadequadas: recuperar a inserção do ANDES-SN na base da categoria pela realização de adaptações estatutárias que permitam levar adiante tal objetivo não podem ser as razões para fazer tal debate, sob pena de limitá-lo na origem. A motivação do debate deve ser a organização para o enfrentamento das políticas neoliberais e da reforma do Estado e, sendo assim, dois elementos devem estar presentes: um balanço autocrítico radical do modelo organizativo do ANDES-SN desde a sua fundação, o que inclui reavaliar sua opção pelo sindicato de ofício e ponderar sobre as derrotas sofridas nos últimos anos, que têm como uma das causas a fácil manipulação pelos governos da fragmentação das entidades da educação federal; uma direção estratégica para organizar os trabalhadores e trabalhadoras da educação, em um cenário de destruição hoje quase completa das conquistas da década de 1980 – apenas para citar duas, o regime jurídico único e a autonomia universitária –, demandando incorporar ao centro da pauta as questões da precarização e da terceirização, bem como da luta contra setores organicamente ligados ao capital dentro das IFE.

“A motivação do debate deve ser a organização para o enfrentamento das políticas neoliberais e da reforma do Estado”.